

reconciliação

reconciliação



CEI
SUPLEMENTO - 16

Na página 1

EDITORIAL

Na página 2

Os poderosos e os impotentes se inclinam para Paulo. Os convictos da possibilidade da ação para os profetas. Os que sentem o absurdo do presente e a necessidade de uma nova ordem de coisas, e não vêem a possibilidade de transição, se inclinam para Jesus.

(Rubem A. Alves)

Na página 9

Reconciliar é assumir um projeto histórico que vai além dos projetos subjetivos de grupos particulares ou de Igrejas Institucionais, mas que desemboca num mundo novo, numa nova sociedade, num novo homem.

(Paulo C. L. Botas)

Na página 15

Ainda não se fez história toda a repercussão da vitória de Cristo, nem se fará de modo determinístico, mas pela mediação de nosso trabalho. A reconciliação passa pela libertação desde o nível mais básico da existência até o mais elevado das aspirações religiosas.

(J. B. Libânio)

Na página 24

Não significa que a perspectiva bíblica assumindo o conflito como instrumento de transformação das relações humanas rejeite os valores da ordem, da harmonia, da racionalidade. Estes elementos não são valiosos por si mesmos, devem referir-se à obra de Cristo.

(Zwinglio M. Dias)

Na página 31

O mundo novo é o mundo reconciliado. A reconciliação com os outros é a condição essencial para a reconciliação com Deus. É claro que este mundo novo não esgota a promessa.

(Eliseu Lopes)

CEI — SUPLEMENTO — 16 — DEZEMBRO, 76

Director-responsável: Domicio P. de Matos; *Redator:* Carlos A. C. da Cunha; *Conselho Redatorial:* Carlos R. Brandão, Elter D. Maciel, Jether P. Ramalho, José Sotero Caio, Marlene R. Campante, Rubem A. Alves.
Impressão: Princeps Gráfica e Editora Ltda. — R. Teodoro da Silva, 574.

Distribuído aos assinantes do CEI.
Assinatura anual: Cr\$ 90,00 — Avulso: Cr\$ 8,00 — Cheque pagável em nome de: **Tempo e Presença Editora Ltda.**
— Cx. Postal 16.082 — Zc-01 — 20.000 — Rio de Janeiro — RJ.
Registrado de acordo com a Lei de Imprensa.



Biblioteca - Koinonia

() Cadastrado

() Processado

EDITORIAL

Encerramos setenta e seis com o tema Reconciliação. E neste fim de ano é mais uma vez Natal. Na última capa, num hino de Natal "...é preciso... recriar as esperanças / ...retomar os caminhos da luta / para fazer um mundo / onde seja vergonhoso / existirem duas classes de homens", diz Paulo César.

Reconciliar é sempre o eterno refrão natalino que resiste aos refrões não-natalinos de uma reconciliação que alimenta com festas e enfeites coloridos a permanência dos opostos, na resaca mais opostos; dos distantes, no após-festa mais distantes.

Nós, porém, queremos reviver a loucura do incarnar — tema central da Bíblia. E porque reconciliação tem servido para uma teologia de palmadinhas nas costas, de abraços nutridos a riscos indesculpáveis, na euforia de comes-e-bebes; para uma teologia de avestruzes, por isso levantamos o tema a fim de desmistificá-lo e inseri-lo — ele mesmo, com o seu conteúdo concreto de suor e sangue — neste nosso dezembro quente.

Reconciliar assume em nossos textos sua legítima força. Converte-se em anúncio violento

que principia num esvaziar-se (Deus assume a humanidade com seus riscos), continua pelo não-ter (nem uma pedra para reclinar a cabeça), identifica-se com o não-ser (contado entre malfetores) e morre crucificado. Caminho trágico dos céus aos infernos.

Mas por que esse roteiro de agonia? até à morte e morte de cruz? É isto que Rubem Alves (Universidade de Campinas), Paulo César (de Paris, por enquanto), J. B. Libânio (Pontifícia Universidade Católica) e Zwinglio M. Dias (ainda da Alemanha) querem dissecar com sua experiência e percepção. No final, Eliseu Lopes nos transmite as vozes do povo nos Grupos de Evangelho. São poemas de angústia, mas de esperança; gritos de luta, mas de certeza. Daí a nossa primeira capa. "É preciso... recriar as esperanças..."

Rubem A. Alves

Três Paradigmas da Doutrina da RECONCILIAÇÃO

A teologia passa hoje por uma das revoluções mais radicais de sua história. Por cerca de vinte séculos ela foi dominada por paradigmas metafísicos. Hoje eles estão sendo questionados pela perspectiva sociológica. O impacto da sociologia se torna evidente no uso crescente que a Igreja faz de pesquisas sociológicas e no fato de que ela se lançou mesmo à empresa de criar, apoiar e subvencionar instituições que se dedicam explicitamente à investigação dos fenômenos religiosos sob a perspectiva desta ciência. A situação é ambígua porque a Igreja lança mão da sociologia exatamente por temê-la e por pretender domesticá-la para fins pastorais e apoloéticos. A teologia pode lançar mão da sociologia como método de investigação, mas dar ouvidos aos seus pressupostos teóricos bem pode lhe ser fatal. Conciliação entre teologia e sociologia? Não vejo como atingi-la. O teólogo metafísico vê no discurso religioso uma janela que se abre para uma outra realidade, divi-

na, além da nossa. O sociólogo, ao contrário, toma o discurso que fala sobre os deuses e declara que só encontra ali um espelho que reflete o mundo humano. O primeiro busca no discurso dos homens a revelação de Deus. O segundo toma o discurso que pretende ser uma revelação de Deus e interpreta-o como revelação dos homens. Por imposição dos seus pressupostos, o sociólogo, como sociólogo, é prisioneiro de um radical ateísmo metodológico (muito embora, como indivíduo, ele possa fazer diariamente suas orações)! O teólogo aceita o programa de conhecimento contido no discurso religioso. Toma como seu ponto de partida que a linguagem religiosa realmente se refere a uma realidade além da nossa. Em consequência, é fundamental, para os seus propósitos, elaborar critérios que lhe possibilitem decidir acerca da verdade ou falsidade do discurso em questão. O sociólogo ignora este problema por ignorar o objeto a que a religião se refere ao nível consciente. Não

pode ele nem sequer colocar a questão da verdade. Mas, por outro lado, por pressupor que a religião revela sempre uma condição humana, ele aceita, de início, que todo discurso religioso, ortodoxo ou herético, revela sempre uma verdade humana. Seguindo uma sugestão de Weber, o sociólogo traduz o "outro mundo" da religião em termos do aqui e do agora. Por meio deste artifício hermenêutico a sociologia pretende elucidar a verdade sociológica que o discurso metafísico-religioso contém, sem o saber.

Seria pedir demais da teologia que adotasse tal método. Não seria demais, entretanto, pedir que ela ouvisse. Os resultados poderiam ser surpreendentes, pois que níveis de signi-

ficação até então ocultos se revelariam, o que possibilitaria à teologia compreender com mais clareza aquilo sobre que ela fala. Tomemos, como exemplo, a doutrina da reconciliação. Eu a privilegio por ser ela o centro da dogmática cristã. A teologia, em sua busca da verdade, tentaria articular a fórmula doutrinária correta. A sociologia, sem esta preocupação, poderia ver articulações distintas e contraditórias da mesma doutrina, na tradição de que a teologia lança mão.

Tomemos, em primeiro lugar, a doutrina paulina. Ela é de importância fundamental pois que é nela que a Igreja encontrou os materiais básicos para suas próprias formulações. Paulo assim a enuncia:

"...aprove a Deus que nele (Jesus Cristo) residisse toda a plenitude e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus. E a vós outros também que outrora éreis estranhos e inimigos no entendimento pelas vossas obras malignas, agora, porém, vos reconciliou no corpo da sua carne, mediante a sua morte..."

(Colossenses 1.19-21).

Analisemos a articulação do argumento:

a. Notemos, em primeiro lugar, que a reconciliação só pode ser entendida por referência ao seu oposto. Reconciliação é um ato divino que **anula, nega, abole** uma condição de irreconciliação (pecado). Ela cria a paz onde havia a inimizade, proximidade onde havia distância. co-

munhão onde havia 'estranhamento'. Irreconciliação não é uma condição exclusivamente humana. Cristo reconcilia "todas as coisas": o problema é cósmico, abrangendo terra e céus, o visível e o invisível.

b. **Ato divino.** Deus toma a iniciativa e leva, **sozinho**, o seu propósito até o fim. Reconciliação não é resultado de uma atividade humana. As coisas e os

homens são reconciliados. Deus é o agente, as coisas e os homens são os pacientes.

c. Trata-se de um ato, e não de um processo, uma dádiva e não uma tarefa. Sua realização se deu no **passado**, num momento histórico que pode ser determinado precisamente: a morte de Jesus Cristo. Não é uma promessa futura pela qual os homens devam esperar, mas uma realidade da qual os homens devem simplesmente...

d. ...**tomar consciência**. "As coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas" (II Cor. 5.17). É bem verdade que neste mesmo texto Paulo afirma que "somos cooperadores com Ele" (6.1). Mas a cooperação humana se dá ao nível da "palavra da reconciliação" (5.19). Isto é, cooperação não é contribuir para a criação de algo novo mas anunciar a nova realidade que já se instaurou. O anúncio é necessário porque, aparentemente nada mudou. A reconciliação não é um dado acessível à investigação empírica. Permanecem os conflitos: escravo e libertado, judeu e grego, homem e mulher. Os homens continuam a sofrer e a morrer. No entanto, e a despeito de todas as evidências, a Igreja anuncia que "não pode haver judeu nem grego, nem escravo nem libertado, nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gálatas 3.28). Não se trata de um programa político e nem de uma exortação a se abolir um estado de coisas para se criar um outro. A verdade é que Paulo aconselha os escravos a que aceitem com humildade a sua condição, servindo aos seus senhores como a Cristo (Efésios 6.5), e que as mulheres sejam obedientes aos seus maridos e se mantenham caladas na Igreja, e que os homens sejam sujeitos

às autoridades. O discurso de Paulo não é político nem tático, mas metafísico: uma vez aceita a doutrina de que todas as coisas foram reconciliadas em Cristo, segue-se que os conflitos aparentes são irrealis, em vias de desaparecimento, tão logo o ato divino se manifeste plenamente. A tática é desnecessária; ela presupõe sempre a necessidade e a possibilidade de se criar algo. Mas se tudo já foi re-criado, o ato de criação não é nem necessário e nem possível. As contradições já não mais existem. A política, assim, é uma ação equivocada, que só pode se dar na medida em que os homens ainda não tomaram consciência do novo estado de coisas.

A pregação de Paulo se teria perdido se ela não tivesse oferecido uma resposta a problemas concretamente vividos por certos segmentos da sociedade. Uma doutrina religiosa encontra adeptos na medida em que é capaz de racionalizar certas experiências irracionais. Como Weber o indicou, por detrás das soluções religiosas encontramos sempre "uma atitude para com algo no mundo real que é experimentado especificamente como 'destituído de sentido'." Temos, então, de nos perguntar: qual é o elemento "destituído de sentido" que é racionalizado pela doutrina paulina da reconciliação? É o problema do sofrimento. "Porque para mim tenho por certo que os sofrimentos do tempo presente não são para se comparar com a glória por vir a ser revelada em nós" (Rom. 1. 18). "...a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção..." (8.21). "...Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem anjos, nem principados, nem coisas do presente, nem do porvir,

nem poderes, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor" (8. 39). O problema: o sofrimento. A resposta: a doutrina da reconciliação. O sofrimento real é assimilado a uma ordem global significativa e consoladora. Não é necessário abolir o sofrimento; basta contemplar, pela fé a nova ordem que, aparentemente, não é, mas através da qual Deus reduz a nada aquilo que é (I Cor. 1. 28).

Resolve-se o problema do sofrimento sem abolir o sofrimento. Cumpre perguntar: que segmentos da sociedade aceitariam tal solução? Parece-me que de um ponto de vista psicológico, só aceitam a solução do problema do sofrimento sem a sua abolição aqueles que são, realmente, **impotentes** para abolí-lo. A consciência se recusa a estender-se para além dos limites do seu poder, tais como ela os sente. Assim, os oprimidos impotentes não têm condições para sustentar uma ideologia da transformação do real. Muito mais simples é a reinterpretacão do real num esquema que dá sentido divino à própria impotência. "Irmãos, reparaí, pois, na vossa vocação; visto que não foram chamados muitos sábios segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos nobres de nascimento; pelo contrário, Deus escolheu as cousas loucas do mundo para envergonhar os sábios, e escolheu as cousas fracas do mundo para envergonhar as fortes; e Deus escolheu as cousas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são" (I Cor. 1. 26-29).

A doutrina da reconciliação dá sentido ao sofrimento dos oprimidos impotentes. Ela cria um **nomos** e um **cosmos** numa

situação em que os homens estão concretamente impedidos de modificar as condições de sua existência, criando uma atitude de resignação, paciência e esperança da manifestação da nova ordem divina.

Ideologia das classes dominantes? Os fatos históricos sugerem o contrário. As classes dominantes não viram na ideo-

Só aceitam a solução do problema da sofrimento sem a sua abolição aqueles que são realmente impotentes para abolí-lo.

logia cristã uma filosofia que legitimasse suas condições de domínio. E esta foi a razão porque os cristãos foram perseguidos como "desviantes" e talvez subversivos. Se a religião cristã fosse uma expressão popular da ideologia dominante as perseguições não poderiam ser explicadas. Somente muito mais tarde, com Constantino, é que o poder se apercebeu do fato de que não havia contradição entre a nova fé e o poder político. Assim, não foram as classes dominantes que criaram tal ideologia para as classes dominadas. O contrário é a verdade. As classes dominantes dela se apropriaram a posteriori. A razão? É muito simples. A ideologia que os impotentes elaboram, a partir de sua condição de impotência, se ajusta perfeitamente bem às necessidades dos que têm poder. E isto porque afirmar que a ordem social não pode ser mudada (ideologia dos fracos) e afirmar que a ordem social não deve ser mudada (ideologia dos fortes) conduz a resultados práticos absolutamente idênticos.

Opressores e oprimidos se unificaram num mesmo discurso religioso.

Não encontramos nada semelhante na pregação dos profetas. É verdade que eles apontam para um futuro de reconciliação, que tem dimensões tão cósmicas quanto a doutrina paulina. O leão comerá palha com o boi, a criança brincarà sobre a toca da serpente, os homens fundirão suas espadas e lanças, transformando-as em arados e podadeiras. E à transformação externa se junta a metamorfose interna: os homens ganhariam corações de carne, em lugar dos seus corações de pedra.

Em que se distingue a pregação profética da doutrina paulina?

a. Para os profetas a reconciliação é uma promessa, um horizonte, uma possibilidade futura. Não se trata de uma realidade metafísica já existente.

Os grupos religiosos que mais crescem são os de orientação mística que oferecem soluções mágicas para o sofrimento.

O resultado prático da doutrina paulina da reconciliação é a perda da consciência das contradições do presente. Elas deixam de importar. Nos profetas ocorre exatamente o oposto. Os profetas falam a partir de sua dor, que é a dor de um povo. Uma nação que se tornou enferma por causa da injustiça está condenada a perecer. E é esta consciência aguda de contradição e de iminente destruição que os leva a ver uma nova ordem de coisas que inauguraria uma nova ordem, depois da catástrofe. Mais próximos da doutrina paulina estariam os falsos profetas e os sacerdotes, que "curam

superficialmente as feridas do meu povo e proclamam 'paz, paz' quando não há paz." Os profetas não invocam nunca o invisível para explicar o visível. Invocam o futuro, que se vê apenas pela esperança, para indicar o caminho da transformação.

b. Os profetas apontam para um futuro histórico e não para uma região metafísica. Em harmonia com o espírito hebraico, permanecem de corpo e alma no campo do sensível. Nos seus discursos não encontramos teorias sobre o que é o real, para além do que podemos ver, sentir e sofrer. A realidade é aquilo que é construído historicamente. Por isto sua esperança de um futuro de reconciliação aponta não para um invisível acima, mas para uma transformação concreta, humana, social, política.

c. Como Paulo, os profetas se oferecem a um futuro que será criado pela atividade de Deus. Em Paulo, entretanto, a atividade divina é um ato mágico que se dá no centro invisível do cosmos. Existe uma descontinuidade entre o que Deus faz e aquilo que aparece na história. É isto que torna possível desprezar o sofrimento real: ele não pertence à realidade divina. Para os profetas, ao contrário, a atividade de Deus é aquilo que aparece na história. Por isto eles não podem invocar o invisível para negar o visível. O visível é o invisível. Sua teologia é radicalmente política. E a contradição se aprofunda porque em Paulo a cooperação dos homens é desnecessária, pois Deus criou, sozinho, a reconciliação no passado. Os profetas chamam os homens ao arrependimento, isto é, à mudança dos seus caminhos. E este arrependimento significa aderir à política de justiça de Deus. E tal

ênfase é tão forte que chega mesmo a marginalizar os aspectos sacrificiais e cerimoniais da religiãc sacerdotal.

Que situação torna possível tal pregação? Pode bem ser que os profetas fossem tão impotentes quanto os cristãos primitivos. Entretanto ou eles não estavam conscientes de tal importância, ou a sua fé no Deus da história os fazia sentirem-se poderosos. Sobre esta questão é instrutivo reler a passagem da vocação profética de Jeremias. O fato é que sua pregação revela a convicção de que é possível e necessário agir para abolir o presente e para criar o futuro. Ação é a mediação entre o que é e o que virá a ser.

É significativo que a pregação profética, em oposição à doutrina paulina, não tenha sido capaz de criar uma **religião**, seja entre os oprimidos, seja entre os poderosos. (Diga-se de passagem, que o mesmo fenômeno continua: os grupos religiosos que mais crescem são aqueles de orientação mística, que oferecem explicações e soluções mágicas para o sofrimento. Os grupos de orientação profética são incapazes de capturar a imaginação das massas). A pregação profética não dá sentido nem à impotência e nem ao poder. Impotência não é virtude que será recompensada no futuro. Poder, por sua vez, implica sempre opressão. Foi assim que Jeremias viu frustradas as suas esperanças: rejeitado pelos camponeses pobres, rejeitado pelas elites urbanas. Haverá uma incompatibilidade entre a profecia e a sua institucionalização religiosa? Parece que sim. Institucionalização implica sempre a criação de grupos no poder e grupos sob o poder. E quando isto ocorre, a pregação profética é abortada pela própria instituição que pretende

expressá-la. Talvez que os profetas estejam condenados à solidão, na melhor das hipóteses, e à perseguição e à prisão, na pior.

A pregação de Jesus, parece-me, distingue-se tanto de Paulo quanto dos profetas. Não é possível amalgamá-las num todo coerente. Jesus, como Albert

O resultado prático da doutrina de Paulo sobre reconciliação é a perda da consciência das contradições do presente. Nos profetas é oposto. Eles falam a partir de sua dor que é a dor de um povo.

Schweitzer indicou, se move numa atmosfera apocalíptica. E que é o que separa a mentalidade profética da mentalidade apocalíptica? O profeta vê a possibilidade de ação política. Ele prega uma ação que deve se constituir num **meio** entre o presente e o futuro. Sente que existe poder disponível para tal. O visionário apocalíptico, ao contrário não vê como a ação, qualquer tipo de ação, possa contribuir para a criação do futuro. Não prega uma tática. Anuncia o fim da presente ordem de coisas: suas contradições a levarão à catástrofe. Anuncia uma outra ordem que se aproxima. Mas nada diz de como a transição se fará. Será um evento repentino, miraculoso, cataclísmico, em que o presente se desfará e um novo dia começará. Quando Jesus inicia o seu ministério proclamando o Reino de Deus ele anunciava tanto o fim iminente quanto

um novo início. Que devem os homens fazer? Romper com as regras e os valores da ordem dominante. Abandonar pai, mãe, filhos, lealdades, profissões, riquezas, cuidados acerca do futuro. Porque se angustiar pelo futuro, quando se sabe que não haverá futuro? O comportamento não é tática. Não há mediações possíveis. O presente cairá por si mesmo e o futuro virá pelo poder de Deus. O que importa é, abandonando todo o cálculo tático, exibir um comportamento que seja harmônico com o novo mundo. E isto significa uma total inversão dos valores: o maior será o menor e o menor será o maior, os que estão fartos terão fome e os que têm fome serão fartos, os poderosos serão arrancados dos seus tronos e os mansos herdarão a terra. É curioso notar que em suas parábolas Jesus sistematicamente inverte o "script" ditado pela respeitabilidade social. Heróis são vilões, vilões são heróis. Assim, o sacerdote, o levita, o fariseu, o filho mais velho (exemplo da ética calvinista de trabalho!) são ridicularizados como vilões. E o filho mais moço, o pródigo, o samaritano, o publicano são descritos como heróis. É verdade que o futuro trará a reconciliação. Mas no momento a esperança da reconciliação só produz o conflito. Isto é inevitável, pois a esperança do Reino produz, inevitavelmente, a negação das regras dos poderes dominantes.

Temos uma teologia política em Jesus? Evidentemente. Mas não no sentido de tática. Jesus não tem um programa de reforma social. E nem exorta os homens a transformar a sociedade; ele só convida os homens a decidirem-se pelos valores do Reino e a romperem com os valores socialmente aceitos. Em sua pregação sente-se a presença

angustiante de uma contradição. De um lado, a rejeição da presente ordem de coisas e a esperança do futuro. De outro, a ausência de mediações políticas. Necessidade de impossibilidade, dever e não-poder. A ação não é meio ou tática mas exemplo da nova ordem que se aproxima.

Onde está a verdade? Paulo? Os profetas? Jesus?

A Igreja responderá: "Não há conflitos. Tudo pode ser harmonizado." O fato histórico é que a harmonização dogmática dos contrários foi possível porque se privilegiou a posição paulina, e se silenciou sobre o que há de específico nos profetas e em Jesus. Cabe à Igreja perguntar-se acerca das razões que a levaram a tal opção. Obviamente há razões institucionais e políticas por detrás da ortodoxia.

No discurso que escolhemos a pergunta não pode ser respondida. Cada discurso sobre a reconciliação esconde e revela uma verdade humana. E o que é perturbadoramente revelador: as nossas inclinações pela verdade de uma ou de outra posição revelam que, ainda que não o saibamos, participamos de condições político-sociais semelhantes àquelas que se encontram por detrás do discurso que privilegiamos. Os poderosos e os impotentes se inclinarão para Paulo. Os que estão convictos da possibilidade da ação política se inclinarão para os profetas. E os que sentem o absurdo do presente e a necessidade de uma nova ordem de coisas, e não vêem a possibilidade de se operar a transição, se inclinarão para Jesus.

RECONCILIAÇÃO: A desmistificação da Dignidade

Não se põe remendo novo em vestido velho (Mt 9.16).

Não se põe vinho novo em odres velhos (Mt 9.17).

NOSSA reflexão pretende contribuir à problemática que se coloca hoje, na América Latina: A produção de uma teologia capaz de não mais velar as verdadeiras contradições existentes na nossa sociedade evadindo-se numa linguagem aparentemente liberadora.

Quando pensamos em reconciliação pensamos em um duplo movimento. O primeiro, que nos revela a ruptura da integridade de alguma relação. O segundo, a restauração dessa integridade numa totalidade anteriormente rompida.

Ora, no senso comum a idéia de reconciliar está intimamente ligada às relações pessoais, ao restabelecimento das relações de harmonia, de ordem, de unidade. A linguagem usual emprega a expressão "fazer as pazes". Encontramos nesta visão de reconciliação o primado do indivíduo e o seu apelo mais constante e imediato é o empenho para

que todos os homens sejam irmãos.

Essa noção liberal e reduzida ao primado da pessoa humana tem encontrado na Igreja Institucional o solo onde está enraizada toda uma teologia e uma pastoral na busca de soluções imediatas que harmonizem e pacifiquem as contradições entre os homens, não conseguindo atingir as razões determinantes dessas contradições. O conceito de "pessoa humana" torna-se assim, a razão primeira, genérica e abstrata que deve ser defendida em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento histórico, em qualquer situação.

Na verdade não basta que os homens — como se dependesse da boa-vontade dos seus corações — sejam irmãos; como não bastam, a longo prazo, as condições imediatas criadas para o exercício da "fraternidade" e da "verdade" sem uma reconciliação que ultrapasse os limites das relações individuais e que, sobretudo, seja capaz de compreender o homem e suas relações pessoais como determinadas por relações sociais.

Compreendemos a reconciliação como uma mudança radical nas relações sociais. Uma mudança que devolveria a integridade aos homens ao efetivar-se uma nova sociedade, sem remendos, metamorfoseada em um mundo além da opressão, nada tendo, porém com o além mitológico que conduz sempre à evasão da tarefa histórica a ser cumprida.

Neste contexto trabalharemos nossa reflexão.

1. O TRABALHO: SANGUE, SUOR E...

No suor do teu rosto comerás o teu pão. (Gn 3.19).

É importante refletirmos como a noção de trabalho pode ser utilizada para velar as verdadeiras situações sociais onde o trabalho humano é realizado. Desde crianças aprendemos a frase do poeta que "o trabalho dignifica a vida". Ora, nunca aprendemos a perguntar ou, talvez, não tenhamos nunca perguntado de quem é a vida que ele dignifica.

É honrado o trabalho quando quem produz se produz, como homem, através dele. O Criador dá a Adão a possibilidade de produzir, com seu trabalho, sua própria vida.

No início do livro do Gênesis encontramos uma revelação estarrecedora: o homem criado para o gozo e para usufruir do paraíso recebe como castigo, do seu Criador, nada mais nada menos que o trabalho.

Quando analisamos a nossa sociedade encontramos uma classe dominante se auto-reconhecendo ativa e trabalhadora. Ora, esta auto-ilusão de trabalho, na qual está mergulhada a classe dominante, cria um sistema de valores no qual o trabalho é apresentado como **honrado**, como aquilo que dá ao trabalhador um sentimento de honradez e de dignidade. Muitas das denúncias realizadas contra as injustiças são fundadas nessa falta de respeito à dignidade humana que se honra através do trabalho. Isto quer dizer, o trabalhador encontraria sua verdadeira face se lhe fosse pago ao menos o salário justo que possibilitar-lhe-ia viver como "pessoa humana", isto é, como operário... sempre.

Se aprofundarmos um pouco vamos descobrir essa noção de **honra** decorrente das exigências de aproveitamento das forças produtivas, desencadeadas numa sociedade baseada sobre o lucro. Podemos então perguntar: o trabalho é honrado e dignificante para quem? Seguramente não o é para quem se vê obrigado a vender a sua força e a sua capacidade como mercadoria para que possa sobreviver. Neste sentido, a atividade dos que dominam é apenas **uma aparência** de trabalho pois a produção do valor emana do trabalhador assalariado que encontra nesse seu trabalho não a sua honra ou a sua dignidade mas a sua própria destruição por ter que se vender como qualquer mercadoria. É justamente aqui que a noção de "pobre" tão difundida pela pastoral das igrejas encontra a sua determinação concreta. Sem dúvida alguma está gerada e incarnada aí a situação de pecado denunciada pelo profeta Isaias, para quem a reconciliação se efetivará numa sociedade onde "nin-

guém edifique para que outro habite, nem plante para que outro coma e quando cada um desfrute do trabalho de suas mãos” (Is 65.22).

Se o Criador deu como castigo o trabalho para Adão, deu-lhe também a virtualidade de produzir o seu próprio pão com o suor do próprio rosto e, hoje, encontramos esta virtualidade invertida. Nem mesmo é possibilitado ao trabalhador o produzir-se ao produzir e, por esta razão, o seu trabalho é motivo de honra e dignidade. É honrado o trabalho quando quem produz se produz, como homem, através dele.

O Criador, na sua misericórdia, não abandona Adão mas dá-lhe a possibilidade de produzir, com seu trabalho, a sua própria vida. O pecado assume proporções sociais quando os homens, por razões sócio-econômicas determinadas, começam a não mais produzir a sua própria vida através do seu próprio trabalho. Neste sentido o pecado é, fundamentalmente, estrutural mais que individual. As relações sociais onde homens são explorados por outros homens criam regimes de opressão, regimes de força e um mundo de valores que sustenta a mitologia desses regimes.

2. O HOMEM: O NÃO-SOU DIGNO PERMANENTE.

Esta noção de trabalho engendra uma noção genérica de Homem e de Humanidade. Não desvelando as verdadeiras causas que determinam as relações entre os homens só se consegue perceber a sociedade como atomizada em indivíduos e acobertada por um gênero abstrato, um ideal abstrato de humanidade e de qualidade humana. Justamente esta abstração que paira sobre os indivíduos — “a dignidade humana” — é que pre-

cisa ser exorcizada e entendida como um conjunto de relações sociais. O Humano não se encontra em toda parte, nem em toda sociedade, enquanto generalidade imanente aos homens, mas faz parte de um processo de conquistas difícil.

São Paulo, na carta aos Efésios, ao definir a luta como não

A humanidade é algo que se constrói historicamente com homens e mulheres determinados num projeto.

sendo “contra a carne nem contra o sangue mas contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso” (Ef 6.12), quer manifestar que não basta mudarmos os indivíduos ou mesmo bani-los. O nosso combate não é contra a carne e o sangue. O nosso combate ultrapassa as relações pessoais e atinge — lá mesmo, onde estas relações entre os homens são determinadas historicamente — as relações sociais.

A Humanidade não existe como entidade genérica pairando sobre as contradições reais. A Humanidade não existe como alguma coisa segundo a qual devem-se ajustar as parcelas dessa generalidade, ou seja, os homens em qualquer tempo e em qualquer espaço. A humanidade é algo que se constrói historicamente com homens e mulheres determinados num projeto que vai além das subjetividades e das boas-vontades.

3. A PRÁTICA: A MÃO EM QUE MASSA?

Encontramos nas práticas pastorais um risco constante. Assumindo os valores universalizados do Amor, da Justiça, da Fraternidade — que devem ser vividos

pelos homens, pois só assim o mundo será outro — estas pastorais podem ser utilizadas para a consolidação de um liberalismo enganoso, que se identifica com ela, chegando a verter lágrimas de crocodilo.

Cria-se uma tardia prática-dos-corações que engendra, a longo prazo, o contrário do procurado pelo altruísmo do amor universal pregado por ela. Ora, as pastorais correm o risco do pragmatismo, isto é, serem estruturadas sobre o critério de que a verdade e a eficácia das pastorais estão intimamente ligadas às suas utilizações imediatas.

Assim, as pastorais fazem-se como as dispensadoras de diversos “instrumentos” lógicos graças aos quais seus agentes podem ver garantido seu sucesso no plano da evangelização. Podemos com isto falsear a realidade ao acreditarmos que — com o mesmo discurso, a mesma técnica, a mesma dinâmica, não importando com quem e onde e como — poderemos atingir, em qualquer lugar e em qualquer tempo, a plena evangelização, isto é, a libertação dos homens.

4. A RECONCILIAÇÃO

Quais as características desta reconciliação não mais pensada em termos de relações individuais, mas como um movimento e processo num período histórico determinado e com homens situados e datados? Como se inseriria aí a comunidade dos cristãos lúcidos da sua exigência evangélica e liberadora? Quais as tensões possíveis e os limites de sua ação, uma vez que é situada no contexto de uma Igreja Institucional e de um Estado? São perguntas que estarão sempre presentes no processo a ser vivido para a reconciliação dos homens.

4.1. A reconciliação é uma ruptura com o passado.

Uma das características da Igreja Institucional é o seu apego ao passado e à tradição como pontos seguros que, uma vez seguidos, dão a medida exata da “verdadeira” dimensão do cristianismo. A partir do Vaticano II acentua-se a tendência do que se chamava a “volta às fontes” e às “origens”. Mistificou-se esta volta como sendo a via de solução para os problemas internos que vivia a Igreja, isolando-se com isto as contradições inerentes a uma instituição historicamente situada, com o peso da sua burocracia, diplomacia, seu jogo de poder e seus movimentos contestatórios.

As ordens religiosas tentaram recriar a intuição dos seus fundadores e para toda a Igreja a “comunidade cristã primitiva” era apresentada como o símbolo perfeito da harmonia e da unidade, da pureza da fé e da caridade, sendo isolada do contexto político-social que a gerou. Era o tempo da teologia da **justaposição**. Bastava descobrir, aqui e agora, como reviver a pureza da intuição dos fundadores e da comunidade primitiva para corrigir o **desvio** havido durante quase dois mil anos. A análise da Igreja como instituição de poder era deixada de lado, ou melhor, velada.

Essa “**intuição primeira**” a ser recriada e revivida era apresentada como uma essência abstrata repousando acima do tempo e da História. Ora, recriar as experiências passadas fora do contexto histórico onde foram engendradas, é recriar, na verdade, uma farsa. E forçosamente acontece o fechamento sobre a sua própria problemática da sobrevivência social e a absorção de todos os esforços dos que pretendem uma eficácia pastoral.

Reconciliar significa assumir o passado como fonte de experiências a serem superadas e não "re-criadas". Ou como diria o imperativo do escritor: "Eu disse gerido, não copiável!" Ora, é mais fácil recriar coisas passadas isolando-as do seu contexto, conferindo-lhes um valor absoluto do que abrir-se à experiência do futuro. É difícil aceitar o desafio constante de não fazer remendos com pano novo em roupa velha.

Desta maneira muitos grupos de Igreja tornam-se depositários dessa **nostalgia do passado** e tentam moldar o futuro recriando velhas experiências que foram, no seu contexto, eficazes. E voltam velhos quadros revestidos e aparentando uma grande inovação. E esta recriação, fundada na experiência do passado, falseada da realidade, cria caricaturas que são erigidas como verdades e normas. Aparentemente é o mundo que está em jogo, mas em última instância, o jogo de vida e morte está centrado sobre sua própria sobrevivência.

O fato de Deus ter amado tanto o mundo que enviou o seu filho significa que nenhuma ordem religiosa ou denominação eclesial tem garantia de eternidade. Deus amou o mundo e assim como elas surgiram para servi-lo, num momento histórico preciso, podem desaparecer desta mesma História, no momento em que perderem sua razão efetiva de ser, e comecem a ser empecilhos para o romper do novo existente — aqui e agora — no presente de cada dia.

4.2. A reconciliação é a negação de qualquer teologia da resignação.

O risco histórico que correm as teologias da libertação (após o seu surgimento na América Latina, encontramos um número

sem par de variantes dessa teologia) é que podem velar os verdadeiros desafios e suas exigências ao criar uma aparência de estar atingindo todas as condições sociais.

O cuidado para que as comunidades, que estão situadas em contextos sociais com restritas limitações, não conduzam seus participantes a uma constante evasão, deve sempre ser uma preocupação crítica. Ora, pode acontecer que a comunidade que pretendia um projeto de evangelização liberadora termine auto-suficiente. E isto se manifesta no testemunho dos seus membros que se oprimem entre si, que são verdadeiros neste

Reconciliar é participar na produção de um mundo novo... no ato redentor de "criar novas todas as coisas"... é assumir um projeto histórico.

mundo de mentiras, que têm os mesmos direitos e responsabilidades, que falam de igual para igual não importando seu status na Igreja. E invertem-se os combates: não se luta mais para a criação de um mundo novo onde será gerado o novo homem, mas sobretudo para criação de uma nova Igreja através da qual este mundo novo virá.

O outro risco que se corre é o de se realizar uma política de avestruz. Enfia-se a cabeça no buraco para não se verem as verdadeiras contradições da sociedade, contornando assim as dificuldades e se satisfazendo com o estilo das comunidades e grupos fraternos os quais criam, cada um, sua própria linguagem

libertadora; e fica-se com o corpo de fora esperando o prêmio ou o castigo.

Em outras palavras, uma teologia da libertação que vele as contradições sociais não é uma verdadeira teologia da libertação, é apenas uma variação mais sofisticada da mesma teologia da resignação tão bem conhecida pelos instrumentos de dominação. A longo prazo, esta teologia da resignação fantasiada de libertadora cumprirá o seu papel de mistificadora da realidade, de criadora de mitos sombrios que não se superam pois não são pensados além dos seus próprios limites. Toda a teologia que exerça o papel de velar as contradições é idealista e mantenedora, pela sua mistificação, do status social.

4.3. A reconciliação é uma luta contínua na esperança.

Neste eixo a reconciliação encontra a sua expressão mais perfeita. Tem um duplo movimento. O de ser uma luta aqui e agora, mas uma luta que se projeta no futuro dinâmica e continuamente. A esperança é uma faca de dois gumes. Tanto pode alimentar a resistência nos momentos de tribulação, quanto pode servir de evasão nos momentos onde as contradições se aguçam e exigem decisões corajosas. A evasão na esperança, num além perfeito e puro, tem sido, muitas vezes, a atitude assumida pelos cristãos nos momentos em que duras decisões deviam ser enfrentadas. Comprometer-se neste combate é saber que estes momentos de decisão sempre hão de acontecer, e que o risco de evasão estará também presente. O apóstolo Paulo exprime isto quando escreve a Timóteo: "Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé" (2 Tm 4.7).

4.4. A reconciliação é uma abertura radical ao futuro mediada pela construção do presente.

É a partir do presente que a construção do futuro se efetiva. O presente deve reinar sobre o passado e sobretudo estar no horizonte do futuro. É o futuro que oferece ao presente seu espaço específico: o de um presente novo que pode ser ativa e continuamente melhorado. Não podemos estratificar o presente tendo como referência a recriação do passado. Fazendo isto velamos o ato mesmo do fazer contínuo, e a fixação ilusória que os homens têm no seu passado leva a esconder inteiramente o espaço que se abre diante deles.

Reconciliar é participar na produção de um mundo novo, de uma sociedade onde as relações sociais sejam totalmente outras, diversas das estruturas viciadas nas quais vivemos. Um mundo onde os homens se humanizam ao produzir as novas relações sociais, pois se produzem, ao mesmo tempo, como homens.

Reconciliar é participar no ato redentor de "criar novas, todas as coisas" (Ap 21.5). É projetar-se num futuro onde não só será possibilitado aos homens o salário justo ou as condições "dignas" de vida humana, mas onde será criada uma situação na qual "far-se-ão as pazes" os que foram explorados, submetidos, violentados na venda da sua virtualidade de produzir as coisas.

Reconciliar é assumir um projeto histórico que vai além dos projetos subjetivos, de grupos particulares ou de Igrejas Institucionais mas que desemboca num mundo novo, numa nova sociedade, num novo homem.
MARANA THA!

TEMA central que o cristianismo na linha de continuação do Antigo Testamento levou a sua plenitude. Pode-se resumir a história de Israel num contínuo processo de reconciliação do Povo com Deus após as inúmeras rupturas. (1) A ira de Deus se aplaca (Sl. 85,4:103, 8-12). Já que Ele é "compassivo e misericordioso, lento para cólera, rico em bondade e fidelidade" (Êx. 34,6). Em momentos difíceis, surgirão mediadores, entre Deus e o Povo, intercedendo pelo povo, na esperança do perdão de Deus. Moisés será o protótipo dessa intercessão sobretudo, depois da cena da adoração do bezerro de ouro. "Rogo-vos que lhes perdoeis agora este pecado! Senão, apagai-me do livro que escrevestes" (Êx. 32.32).

Deus não é como os homens. Perdoa, reconcilia o pecador consigo mesmo. Não gosta de destruí-lo (Os. 11.8 ss). Não lhe quer a morte, mas a conversão (Ez. 18.23). Quando a Aliança com Israel parecia definitivamente rompida e o povo se fora esvaziando de sua realidade de Povo de Deus, surge no horizonte da segurança o anúncio de uma nova Aliança, uma nova Reconciliação (Jr. 31,3,1; Ez. 36.24-30).

As palavras da última ceia retomam esse tema, mostrando como, na luta cruenta de Jesus, se realiza de modo pleno e definitivo a Aliança-Reconciliação de Deus com o mundo, com a História. "Este cálice é a nova aliança no meu sangue, que é derramado por vós" (Lc. 22.20) ou "Isto é o meu sangue, o sangue da aliança" (Mc. 14,24).

O corpo paulino retoma e aprofunda tal tema: Jesus Cristo é o mediador entre Deus e os homens, entregando-se como resgate por todos (1 Tm. 2.5-6). "Quando ainda éramos inimigos, habitávamos a terra do pecado, Cristo morreu por nós, justificando-nos pelo seu sangue, reconciliando-nos com Deus pela sua morte" (Rm. 5.8ss).

Na origem da salvação está Deus Pai, que nos reconcilia com ele por meio de Cristo, não levando mais em consideração os nossos pecados. Mistério fundamental que Cristo perpetua através de sua Igreja (2 Co. 5, 18-19). Nela temos o mistério e o sacramento. O mistério é o amor do Pai (Ef. 2,4), o sacramento é a cruz de Cristo (Ef. 2,16).

Esta ação reconciliatória de Deus não se restringe ao nível da pura atribuição jurídica, deixando-nos intactos na nossa

RECONCILIAÇÃO

realidade ôntica. Não. Atinge-nos a raiz, fazendo de nós "uma nova criatura" (2 Co. 5,17), permitindo-nos participar da própria vida trinitária pela força do Espírito (Ef. 2.18).

Paulo amplia o horizonte da reconciliação para o além do mundo das relações dos homens com Deus. Inclui toda criatura, todo o cosmos, toda a realidade. Surgem novos céus e nova terra (2 Co. 5.19; Rm. 11.15; 8.19-22; Col. 1.20; 2.15). (2)

Este é o dado inconcusso da Revelação. Fato central do Cristianismo. Grande novidade a ser anunciada a todos os povos. Exortação premente: "suplicamo-vos em nome de Cristo, deixai-vos reconciliar com Deus" (2 Co. 5.20). Dado fundamental a ser repensado, vivido em cada momento da história. Ora, todo tema central implica e revela a auto-consciência do homem e a intelecção de suas relações com o Transcendente, com os homens, com a natureza, com a história, com a sociedade. E toda vez que acontece alguma mudança profunda nesta sua compreensão de si e de suas relações fundamentais, o tema necessita ser retomado e reinterpretado. Assim queremos mostrar, em rápidos traços, como a reconciliação se exprimiu e se exprime em três horizontes diversos, correspondentes a momentos distintos da sua auto-intelecção. Tentaremos indicar também o que caracterizaria o momento peculiar da "Teologia da Libertação", o que só será possível se visto no processo da evolução de tal temática. (3)

1.º momento: A reconciliação com Deus através de "meios" divinos".

O que caracteriza as diferenças dos momentos não é o termo do processo de reconciliação, que é

sempre Deus com a universalidade da realidade, mas as mediações e o que da sua diferença decorre. No primeiro momento, o acento cai no aspecto "divino" das mediações. O homem aspira à reconciliação e procura então saber quais os meios para realizá-la. Na estrutura religiosa da América Latina, aparecem como verdadeiras mediações aquelas que a Igreja, em nome de Deus, aponta. Primeiro de tudo, a própria estrutura da Igreja. Fora dela, não se concebe a reconciliação. Igreja entende-se aqui a "católica romana". Na maioria da consciência do católico médio de nosso continente, não se pode entender o processo de reconciliação fora das prescrições da Igreja.

As três grandes mediações são os sacramentos, os mandamentos e os dogmas (4). Dentro da ortodoxia dogmática e da prática sacramental, o católico sentia-se reconciliado. A sua vida de fé e sacramental, supunha uma moral de mandamentos, com acento no que referia à vida sexual. Esta perspectiva gozava de uma vantagem muito grande: era extremamente simples e facilmente controlável. A ortodoxia era garantida pelo ensinamento oficial. Nada mais fácil do que acatá-lo. No final das contas, tratava-se de mistérios que a inteligência humana devia renunciar penetrar. Além do mais, a maioria dos dogmas não implicava nenhuma consequência prática grave. Eram antes considerados na linha do conhecimento. Deixava-se para os especialistas a tarefa de discutí-los e elaborar-lhes explicações mais consuetâneas à inteligência moderna. Pode-se, por exemplo, perguntar o que significou de concreto na mudança do comportamento do católico médio a proclamação dos últimos dogmas marianos.

No máximo, significou um aumento no culto mariano. Não trouxe nenhuma consequência que afetasse a concepção de mulher, o relacionamento entre o homem e a mulher... O movimento da "libertação da mulher" trará muito mais consequências para a vida e comportamento dos homens que os dogmas marianos. Entretanto, se fossem vividos numa perspectiva existencial, teriam, em si, germes de revolução social, a respeito da exploração da mulher.

A vida sacramental, iniciada pelo batismo e fundamentalmente marcada pelos dois sacramentos mais freqüentes, confissão e comunhão, aparecia muito simples e facilmente observável. O católico praticante tinha a consciência de viver reconciliado com Deus. Toda vez que cometesse um pecado mortal, que geralmente acontecia quando não cumpria o preceito dominical ou prevaricava no campo do sexo, podia reconciliar-se de modo fácil e rápido através da confissão. Os mandamentos eram pressupostos para a vida sacramental. Esta coroava uma vida regrada pela observância dos preceitos de Deus e da Igreja.

As mediações eram bem objetivas, já determinadas de antemão. Cumpria ao católico segui-las. O seu valor vinha da autoridade da Igreja, intérprete de Deus. Podemos dizer que eram vistas como "meios divinos". Não eram questionadas, nem se precisava fazer mais ou mesmo levantar a dúvida de que se vivia uma verdadeira reconciliação. Esta não era uma realidade, que historicamente se pudesse descrever, nem colocar condições de possibilidade. Era resultado da graça de Deus, invisível. A certeza desta graça vinha da recepção dos sacramentos dentro das condições

impostas pela Igreja, sobretudo, viver em graça. O que na prática equivalia ao cumprimento dos mandamentos no referente à vida pessoal.

A reconciliação parecia, portanto, uma realidade que acontecia fora do homem, desde que ele realizasse as mediações previstas pela Igreja, no exercício de sua função de guarda da Revelação Divina.

O pressuposto desta posição é de que a ação do homem desempenha um papel bem secundário. Simplesmente cumpre e realiza as mediações prescritas. Não lhe é pedido mais. Estas mediações pertencem já a um mundo predeterminado, fixo, onde não se conhecem mudanças. Os aspectos subjetivo e histórico ficam bastante à margem do processo de reconciliação. Esta identifica-se praticamente com a realidade da graça, vista no seu aspecto individual e mesmo "coisista". (5) A reconciliação acontece no mundo sobrenatural, enquanto que a nossa história humana continua a mesma. A verdadeira realidade é invisível. A vitória de Cristo se concretiza na vida moral e religiosa

A reconciliação consigo mesmo no nível de auto-posse supõe saber-se não escravo, mas filho de Deus. E ser filho de Deus é ser livre.

dos indivíduos, na medida em que adiram a ele através da fé, prática sacramental e cumprimento dos mandamentos.

O grande limite de tal concepção é a sua historicidade e individualismo, com o acento sobre o aspecto de uma prática sem repercussões nas estruturas sócio-políticas. Uma reconciliação que não muda muito o

“mundo dos homens”. Apela muito mais para a realidade definitiva, onde aparecerá esta reconciliação, que agora apenas percebemos através de uma conduta religiosa e moral. Um tal momento de compreensão permitiu que a “reconciliação” coexistisse com estruturas sociais de injustiça, sem que fossem questionadas em radicalidade. Até mesmo o afã de ampliar ou reter dentro do seu círculo a massa de fiéis reconciliados justificou uso de meios e mecanismos não-evangélicos como a coação física, a perseguição religiosa, a guerra santa, a repressão, o uso do braço civil até os limites da tortura e da morte. (6)

Parece-nos que esta concepção de reconciliação não convence, não consegue encontrar inteligibilidade para o homem de hoje. Antes pelo contrário. É inclinado a ver nela um elemento ideológico que impede a própria reconciliação que deve encontrar formas concretas na história e na sociedade dos homens.

2.º momento: A reconciliação com Deus através da auto-reconciliação.

Uma das intuições modernas centrais é de que a reconciliação com Deus não pode ser realizada simplesmente pelo cumprimento objetivo de mediações determinadas. Deve passar pelo difícil caminho da auto-reconciliação, que implica na contínua superação dos conflitos pessoais, e com os outros. Buscar uma reconciliação através de meios objetivos parece uma fuga, um desconhecer o mundo interior das pessoas e a complexidade do universo das relações humanas. A reconciliação que Cristo realizou através de sua pessoa deve necessariamente afetar este nosso mundo pessoal. Do contrário, careceria de credibilidade.

Em que consistiria concretamente tal reconciliação? Só está em paz com Deus, quem está em paz consigo e com os irmãos. A paz com Deus é a realidade, cujo sacramento eficaz é a paz pessoal e com os outros. Esta auto-reconciliação passa por dois níveis, não necessariamente sucessivos: auto-posse e dom de si. O primeiro nível consiste, fundamentalmente, na percepção de sermos origem, fonte, início da vida que brota em nós. Não nos percebemos como alheios a nós mesmos, mas como uma identidade primigênia, uma unidade-fonte, um ser-em-si e para-si. Somos auto-consciência, auto-penetração. Somos fonte de valor, origem de bem e princípio de criatividade. Somos liberdade. Existe em nós um mistério incomunicável, só nosso, indecassável, in-possuível por outros. O poder maravilhoso de Deus consegue que o outro seja ele mesmo, pela forma mesma do seu ato criativo. O ser criador de Deus não invade nosso ser, despossuindo-o, mas fá-lo ser ele mesmo na sua auto-identidade. Este núcleo ontológico, esta raiz inarrancável de nossa auto-realidade podem, apesar de sua íntima proximidade com nossa consciência, permanecer durante toda nossa existência, alheia ao nosso mundo reflexo de decisões. Mais. Podemos viver num eterno conflito, seja sentindo-nos continuamente violentados e esvaziados pela presença opressora do outro, seja num estado doentio de defesa dessa interioridade a ponto de não conseguirmos sair de nós mesmos num segundo momento de dom. O primeiro nível de reconciliação acontece, portanto, na consciência da auto-posse, numa dupla atitude de saber-se a si mesmo pelo dom criativo de Deus e não permitir que esse núcleo seja ocupado por alguma

criatura. Criatura que só consegue penetrar o interior dessa consciência, violentando-a pela introjeção de sua opressão e despojamento de nossa liberdade. Viver-se-ia então no interior de si próprio a clássica dialética do senhor-escravo. A reconciliação consigo mesmo, no nível da auto-posse, supõe, por consêguinte, saber-se não escravo, mas filho de Deus. E ser filho de Deus é ser livre, é auto-disponibilidade, auto-posse, abertura apoiada na auto-consciência. (7)

O segundo nível supõe metafisicamente o primeiro, entretanto histórica e praticamente se experimenta numa unidade concreta. Reconciliamo-nos na medida em que podemos ser e de fato somos dom de nós mesmos. O movimento de saída de si é libertante, porque rompe o círculo estreito de nosso eu. O eu é como a larva. Só se transforma em borboleta colorida e alegre quando sai do casulo. Larva morta não se metamorfoseia. O eu deve estar vivo na sua liberdade e auto-consciência, para desabrochar-se fora no espaço da história, da relação com os outros. Neste movimento de dom de si, o homem reconcilia-se com seus irmãos. A origem de seus conflitos de relação vem, seja da deficiência da consciência de seu auto-valor como da incapacidade de doar-se. (8)

Uma reconciliação que não atingisse tal nível de profundidade, deixaria o homem com a sensação de que, embora sabendo-se reconciliado pela graça — 1.º momento —, contudo experimentar-se-ia alheio a tal realidade. E como a experiência importa muito para ele, acaba descrendo da própria realidade objetiva reconciliadora da graça.

De fato, o dado objetivo da teologia clássica de que com a graça já aconteceu a reconcilia-

ção depara com a não-experiência de tal reconciliação. Esta defasagem entre saber e experimentar termina por gerar um mal-estar. (9) O homem crê estar diante de uma teoria, abstrata e pergunta-se o que isto significa. (10) O universo da experiência está transformando-se para o homem moderno na grande lei de verificação dos discursos teológicos e religiosos. E quando um discurso teológico não encontra sua verificação na sua experiência, torna-se então para ele "insensato", ie. sem sentido. (11) Não lhe nega a verdade. Mas julga-o vazio de significado.

O projeto da reconciliação deve ser pastoral-eclesial. Será realizado no âmbito da Igreja, iluminado pelo princípio insubstituível: o Evangelho.

O nosso discurso sobre a reconciliação se transformaria num vacuo semântico, se não passasse pela mediação da reconciliação do homem consigo e com seus irmãos. Tão grave é o problema, que estaríamos acumulando palavras sobre palavras, sem que comunicássemos o dado da Revelação. Não importa defender ou guardar uma Revelação em si por ela mesma, como um arcano. Ela existe como Palavra viva de Deus para o homem. Ela é um para-nós. A grande Revelação do Deus da reconciliação necessita, pois, encontrar essa ressonância dentro do horizonte deste homem moderno, sensível, afeito ao mundo da interioridade, das relações humanas. (12)

Por isso, este homem moderno só entende que esteja de fato re-

conciliado com Deus, para quem fora criado e por quem fora convidado a uma comunhão de amizade, se se sentir integrado e em relação de amizade com seus irmãos. A reconciliação com Deus passa, portanto, pela mediação da auto-reconciliação e relação fraterna. Sem elas, a reconciliação não passaria de uma teoria, de um conceito abstrato.

3.º momento: A reconciliação com Deus através da reconciliação com o mundo, com a história, com a sociedade: perspectiva da Teologia da Libertação.

A vertente da subjetividade, da interiorização, trouxe, sem dúvida, um enriquecimento à concepção objetiva e extrínseca antes analisada. Entretanto, sua exacerbação tem gerado, em muitos setores, uma euforia alienante. O mundo pessoal e o das relações humanas, em que se tem vivido esta situação de reconciliação, tem sido gratificante, mas deixado as estruturas sociais intactas. Em geral, nos ambientes, em que se tem vivido, não se sentem de modo marcante as contradições sociais existentes. Os conflitos não são percebidos, porque se vive uma sensação de paz, reconciliação, fraternidade, amizade. O nível, em que os verdadeiros conflitos e contradições sociais se dão, fica velado ao olhar superficial. Só através de uma análise objetiva da realidade sócio-político-econômica se podem fazer saltar as contradições. (13)

Entretanto, quando os cristãos ultrapassam o nível da consciência ingênua e começam a perceber que vivemos numa sociedade, não de ordens mas de conflitos, levantam agudamente o problema da reconciliação. Numa sociedade de ordens, a reconciliação com Deus era mediada pela manutenção ou eventualmente

restabelecimento da ordem. A tranqüilidade oriunda da aceitação mútua da diversidade de lugares, sem questionar-lhe a origem ou liceidade, parecia refletir um mundo reconciliado. Ai dentro bastava então haver a reconciliação com Deus pela graça, para que tudo estivesse em perfeita ordem. Hoje nos parece claramente que tal tranqüilidade é aparente. Reina uma verdadeira violência instalada. Há conflitos de interesses, de modo que uns são realmente oprimidos e outros gozam de situação privilegiada. Dentro de tal situação, que significa o dado evangélico da reconciliação? A Teologia da Libertação procura refletir exatamente em cima de tal problemática. (14)

O primeiro passo da reflexão é a consciência de que os dois momentos anteriores são insuficientes e às vezes até enganadores. Podem encobrir a verdadeira realidade. Parte-se do pressuposto de que a realidade é conflitiva e que não existe reconciliação possível desconhecendo tal fato. Aceita-se como dado objetivo, fruto de análise da realidade, que vivemos numa sociedade em que há conflitos de interesses e que alguns se impõem a outros, numa relação de opressão, dominação. Tal situação não acontece somente dentro de nosso continente, nos nossos países, mas existe em âmbito internacional. O esquema de dominação nos nossos países é reflexo, re-produção no duplo sentido da palavra — de copiar e gerar — da dominação reinante nas relações entre nações, poderes centrais e regiões periféricas. Daí que o problema agudo da reconciliação não se restringe ao âmbito do conflito de interesses das classes de uma nação. Não se põe agudamente somente onde a injustiça, no seu aspecto de efeito, aparece mais

claramente. Mas lá também onde ela à gerada. Daí o grande equívoco de pensar que a problemática da justiça social e da libertação é para nosso continente, porque aqui vemos de modo escandaloso o fenômeno de opressão. Não se pode esquecer que mesmo sendo o nível de escândalo mais visível entre nós, ele reflete uma estrutura de injustiça montada alhures, ainda que de nenhuma maneira isto nos inocente. Nesta perspectiva de análise, o tema da reconciliação afeta a todos os países de modo igualmente grave. Somente de modo cínico pode algum país lavar-se as mãos.

O Segundo passo: deve-se caminhar para uma superação de uma reconciliação simplesmente simbólica e que não seja real. Noutras palavras, cabe um processo de desmascaramento, demitificação das reconciliações aparentes. O mito vela a realidade. Sobretudo certos mitos pós-sacrais, que são criados exatamente para encobrir os conflitos reais e deixarem a realidade intacta, bem defendida das investidas de qualquer reflexão sócio-analítica. (15)

Muitas vezes, os ritos de reconciliação que criamos e celebramos, vêm neutralizar ou atenuar um conflito real, não só não lhe trazendo solução, mas também impedindo que ele seja visto. Assim na celebração se cria uma atmosfera de reconciliação de todos com Deus e entre si. Abraços da paz, sorrisos, sinais de alegria e acolhimento. Lá estão todos juntos num amor fraterno. Terminada a cerimônia, volta o operário para a fábrica daquele patrão que o abraçou. Mas lá rege outra lei. Lá os interessados se opõem. O conflito se impõe, e o mais forte se nutre da fraqueza do outro. Não se toma consciência da relação entre a celebração e a vida

na sociedade. Ou se isto acontece, não se quer exprimir nenhuma mudança ou conversão com o rito. A reconciliação já não corresponde mais a uma visão sócio-analítica da realidade. Ela é frustrante. Chega a ser mesmo uma mentira. Faz-se mister dar um passo a frente.

O terceiro passo: caminhar para a elaboração de um projeto concreto em que se realize a reconciliação. O momento anterior era o de denúncia das pseudo-reconciliações. Agora cabe o anúncio de uma reconciliação, nesta sociedade humana, em que vivemos. Este projeto deve ser pastoral-eclesial. Isto quer dizer que será realizado no âmbito da Igreja, iluminado portanto, pelo seu princípio ins-

Reduzir um povo à condição de massa é impedir-lhe ter momentos privilegiados de liberdade e decisão.

pirador insubstituível: o Evangelho. O lugar do projeto é a Igreja. Não se trata, por conseguinte, de uma plataforma política partidária. Nem tão pouco pode ser uma arenga espiritual, vaga, indefinida, inoperante, ineficaz. Entre estes dois extremos se situa o anúncio da reconciliação cristã num mundo de conflitos. É um anúncio limitado. Não nas suas pretensões, na sua visão escatológica, e sim na sua concretização. Sua inspiração última é utópica, no sentido etimológico do termo: que ainda não tem lugar na história mas que a move a fim de realizá-lo. A reconciliação deve incluir a superação dos conflitos desde o nível econômico, raiz de tantos outros, até o nível superior religioso. Ao anunciar tal reconciliação global, o projeto

dentro da Igreja pode concretizar-se no trabalho humilde, básico, de criar comunidades conscientes de ser Povo de Deus. São dois momentos: ser "povo" e ser "povo de Deus". Eis uma tarefa reconciliadora para a igreja. (16)

Em que consiste criar a consciência de ser "povo"?

A reconciliação na tradição semita fala-nos da aliança entre Deus e seu Povo. Tal só era factível na liberdade e na possibilidade de o povo assumir ele mesmo sua decisão, como povo. Duas condições parecem, portanto, necessárias: liberdade e decisão enquanto grupo. Precisa-se fazer a experiência de uma decisão tomada como povo e que de fato modifique a realidade. O anti-povo é, pelo contrário, a falta de liberdade e possibilidade de assumir como coletividade o próprio destino. O anti-povo é a opressão, a impossibilidade de agremiação. Daí que todo regime anti-povo proíbe logo qualquer tipo de experiência grupal, de associação, de sindicato livre, de agremiação e cerceia a liberdade, procurando suprir essa consciência de povo com elementos de efeitos imediatos, que satisfazem à massa. Reduzir um povo à condição de massa é impedir-lhe ter momentos privilegiados de liberdade e decisão. (17)

O trabalho de criar consciência de povo deve ser todo o contrário. A Igreja, com sua imensa experiência de povo e com o enorme espaço de ação de que dispõe, pode criar condições, de que as pessoas se sintam livres e possam em âmbitos eclesiais assumir decisões como grupo. Assim fazem a experiência de ser povo. Sem dúvida, o florescer de comunidades eclesiais de base tem sido um fenômeno gerador de "consciência de povo". É, entretanto, uma experiência

nova e frágil, que facilmente poderá ser desvirtuada ou destruída. Cabe imensa atenção para que não caminhe na direção de uma promoção humana de indivíduos ou pequenos grupos à custa ou à margem dos outros grupos. Geraria consciência de individualismo e não de povo. O importante é nítida percepção de que não adianta sair da situação difícil, deixando os seus irmãos encalacrados.

A reconciliação se realiza de modo explícito quando se faz a experiência de ser "povo de Deus". A experiência fundante de liberdade, de fraternidade, de decidir-se grupalmente recebe a conotação da fé. Lá percebemos que estamos realizando o plano de Deus, que nos chamou a ser seus filhos. E sua presença acontece através do sacramento de nossa união no empenho da libertação comum. Tal experiência teológica não é feita simplesmente como um dado acabado, mas como princípio-esperança, como motor de uma caminhada na linha de firmar e ampliar cada vez mais tal consciência de povo de Deus. "Já" é a presença do definitivo. "Ainda não" superou todas as condições e conflitos. A reconciliação não é, por conseguinte, uma realidade fixa, tranqüilizante, cômoda, mas dinâmica, conflitiva, combativa. Passa pela mediação da luta, pela supressão de toda fonte de alienação, desde o nível econômico até o religioso. Na ação pastoral da Igreja, o campo religioso é especialmente aquele, em que se criam condições que o ultrapassam, mesmo com o risco de que outros usem mal esta base. Esse mal não vem do projeto pastoral como tal, mas do pecado e covardia de muitos, que querem reter sua posição de opressores até o extremo da tensão. Em vão, podem acusar um trabalho

pastoral na linha da conscientização de povo, como liberdade, agremiação. Ele é real concretização do plano de Deus na história. A este projeto são convidados os outros setores com suas especializações, a fim de que o início não seja desvirtuado. É do conjunto das forças que dependerá o resultado. Cabe, contudo, cada setor ir realizando sua tarefa com consciência e responsabilidade.

Conclusão

Deus reconciliou o mundo consigo em Cristo. Já aconteceu nele a grande vitória sobre o mal. As forças mais profundas do pe-

cado foram vencidas. Ainda não se fez história toda a repercussão dessa vitória. E não se fará de modo determinístico, mas também através da mediação de nosso trabalho, empenho. O grande plano de Deus não poderá fracassar na sua globalidade. Contudo, nos pequenos segmentos de história, onde nos toca viver, não é certo que esta vitória se exprima clara e eficiente. Isto é tarefa do Cristo continuado, que somos nós. A reconciliação do mundo hoje passa pela mediação da libertação, desde o nível mais básico da existência até o mais elevado das aspirações religiosas.

NOTAS

1) E. H. Schillebeeckx, *Le Christ, Sacrement de la Rencontre de Dieu*, Lex Orandi 31, trad. fr., Paris 1960.

2) L. Roy, *Reconciliação*, em: *Vocabulário de Teologia Bíblica*, dir. P. Léon-Dufour, trad. bras., Vozes, Petrópolis 1972, col. 854-956.

3) G. Gutierrez, *Teologia da Libertação. Perspectivas*, trad. bras., Vozes, Petrópolis 1975; L. Boff, *Que é fazer teologia partindo de uma América Latina em Cativoiro*, em *REB* 35 (1975) 853-879.

4) J. B. Libanio, *Elaboração do Conceito de Igreja Particular*, em: vários, *Igreja Particular*, Ed. Loyola, São Paulo 1974, pp 17-59.

5) K. Rahner, *Über das Verhältnis von Natur und Gnade*, em: *Schriften zur Theologie*, Einsiedeln 1960, I 323-345; id., *Zur scholastischen Begrifflichkeit der ungeschaffenen Gnade*, em: id. I 347-375; id., *Natur und Gnade* em: id., IV 209-236.

6) J. L. Segundo, *Massas e Minorias. Na dialética divina da libertação*, trad. bras., Ed. Loyola, São Paulo 1975, p. 9ss.

7) M. Max-Mueller, — A. Halder; Person, em: *Sacramentum Mundi*, *Theol. Lexikon für die Praxis*, Freiburg 1969, III 1115-1127.

8) J. Bockenhoff, *Die Begegnungsphilosophie. Ihre Aspekte*, Freiburg — München 1970.

9) A. Gorres, *Pathologie des katholischen Christentums*, em: *Handbuch der Pastoraltheologie*, II/1, Herder, Freiburg 1966, 277-343.

10) K. Rahner, *Überlegungen zum personalen Vollzug des sakramentalen Geschehens* em: *Schriften zur Theologie*, Einsiedeln 1972, X 405-429; id., *Was ist ein Sakrament*, em: id., X 377-391.

11) E. H. Schillebeeckx, *Interpretación de la fe*, trad. esp., Signeme, Salamanca 1973.

12) R. Latourelle, *Teologia da Revelação*, trad. bras., Ed. Paulinas.

13) J. C. Scamone, *O desafio atual à linguagem teológica latinoamericana sobre Libertação*, em: *Síntese* 1 (1974, nova fase) n. 2 pp 3-20.

14) H. Assmann, *Opressão-libertação: desafio a los cristianos*, Tierra Nueva, Montevideo 1971.

15) P. Freire, *Educação como prática da liberdade*, Rio de Janeiro 3 1971.

16) J. Comblin, *La nueva práctica de la Iglesia en el sistema de la seguridad nacional. Exposición de sus principios teóricos*, em: *Christus* 40 (1975, México) 46-50.

17) J. L. Segundo, o. c. p. 16ss.

RECONCILIAÇÃO:

Sanção do presente ou possibilidade de um Futuro Novo?

CONCILIAÇÃO A QUALQUER PREÇO.

- “O verdadeiro cristão é aquele que, fortalecido pela fé, tudo suporta.”
- “Dar verdadeiro testemunho do Evangelho é ser capaz de oferecer a outra face.”
- “O cristão sincero é aquele que corajosamente enfrenta o possível desprezo do mundo e ousa “levar desaforo para casa”.

ESTE tipo de ideal ético, raramente praticado mas frequentemente pregado, é muito mais difundido nos assim chamados meios cristãos do que à primeira vista se pode imaginar. Apelos à conciliação, à cordura e à necessidade imperiosa de se evitar conflitos, tanto a nível pessoal quanto social, em áreas da promoção da paz e da harmonia entre os homens são temas freqüentes nos sermões de não poucos pregadores. Na base desta articulação ética que assume uma determinada concepção da realidade social como derivada da mensagem bíblica (a mesma, como veremos, que durante séculos informou o horizonte da teologia e da ação missionária das igrejas), o Evangelho é entendido como uma força espiritual capaz de promover a conciliação entre os homens e, portanto, de gezar a paz social, a justiça e a fraternidade humana.

A concepção de sociedade presente nesta interpretação da mensagem cristã é, na sua essência, fundamentada numa estrita moral pessoal-individual segundo a qual o homem seria livre para decidir sobre sua vida

e seu futuro, sua posição e seu comportamento dentro da sociedade mas, por outro lado, estaria também vocacionado para viver em comunhão com os outros homens. Esta vocação à comunidade seria então o freio ao mau uso de sua liberdade, aquilo que impediria o desencadeamento de suas paixões egoístas. A realização de sua liberdade só seria autêntica na medida em que servisse aos propósitos últimos da convivência humana de integração e harmonização dos interesses pessoais, particulares, em áreas do bem comum de todos.

No horizonte desta compreensão das relações humanas não há lugar para uma apreciação positiva dos conflitos que quase sempre as caracterizam. Estes não são considerados como inerentes à dinâmica que as acompanha, mas apenas como resultado de uma falsa interpretação do bem comum ou como consequência de abusos praticados por indivíduos sem escrúpulos, mais interessados na realização de seus fins egoístas do que na promoção da felicidade de todos. Em termos teológicos tradicionais, os conflitos não seriam nada mais que deploráveis consequências do pecado, e só seriam superados através do aperfeiçoamento moral dos indivíduos.

O fato da existência de classes sociais é explicado dentro desta perspectiva como resultado de processos que estão fora do controle direto dos indivíduos, de sorte que estes não estão em condições para determinar a classe a que pertencem. Por outro lado a existência de uma solidariedade de interesses e de um bem comum peculiar a cada classe, quase sempre antagônicas entre si, não é interpretada na forma de uma contra-

dição insuperável. Ou seja, a existência de classes é admitida, mas não assim que estejam necessariamente em conflito. Naturalmente as classes tenderiam à cooperação mútua em vista do bem comum que pertence a todos. Os conflitos que ocasionalmente opõem umas contra as outras seriam produtos de situações passageiras não podendo ser atribuídos em forma generalizada à dinâmica de interação das classes entre si. Na medida em que o interesse de todos esteja voltado para a promoção do bem comum, as contradições poderiam ser superadas, pois, no fundo, o que está realmente em jogo é o interesse coletivo e este terminará solidarizando os indivíduos apesar dos interesses particulares que se interponham a este objetivo final. Daí que os cristãos e as igrejas pelo fato de estarem a serviço da mais nobre das causas — o bem comum de todos — se abstenham de tomar partido nos conflitos sociais, pois estes são efêmeros e a opção por um dos lados seria um desserviço à causa de todos.

Esta forma de interpretação da realidade social que se considera fundamentada nos Evangelhos tem, no entanto, muitas outras fontes. Baseia-se antes de tudo numa estática compreensão de paz que a identifica a uma forma harmoniosa de integração social que não só evade os conflitos como estabelece a ordem e a lei como o bem supremo a ser alcançado no nível das relações humanas. Esta concepção tem suas raízes não na Bíblia mas num mito babilônico que atribuía à sociedade as características de um organismo vivo e que foi assimilado às concepções filosóficas greco-romanas de onde passou, mais tarde, a conformar a tradição teológica a partir de Agostinho.

Dentro deste quadro interpretativo da realidade o universo estaria organizado segundo uma lei de racionalidade que abarcaria todos os níveis do existente, com cada coisa ou evento ocupando um lugar determinado e cumprindo uma função específica de modo a preservar o equilíbrio necessário para a vida. O valor de toda ação ou comportamento humano seria definido na base da sua contribuição à preservação desse equilíbrio entre natureza e sociedade, uma vez que esta refletiria na conjugação de seus diferentes fenômenos constitutivos a racionalidade que preside todo o Cosmo.

Partindo de tais pressuposições a interpretação teológica acerca do papel do cristão e da igreja em tal sociedade não podia ter sido outra que a de adaptar a mensagem evangélica de reconciliação a este esquema interpretativo da realidade, fazendo-a funcionar como elemento de justificação e sustentação da ordem existente. Mas, como veremos a diante, este tipo de raciocínio, que coloca a ordem e a racionalidade de um lado e a liberdade e o conflito de outro, está muito longe de corresponder à perspectiva bíblica a respeito desta temática. Centrali-

O homem criado para ser sujeito, é visto na Bíblia como um projeto em processo de realização.

zada na pessoa e na obra de Jesus Cristo, a mensagem bíblica não só estabelece critérios para uma apreciação positiva dos conflitos humanos como revela que a reconciliação entre os homens antes de ser produto do

escamoteamento dos conflitos se funda precisamente na superação real de suas causas.

PERSPECTIVA BÍBLICA: O HOMEM EM CONFLITO

Se — na concepção que até aqui tentamos sumariamente apresentar os conflitos que opõem os homens e as classes sociais entre si são vistos em forma negativa, como fenômenos ameaçadores da ordem e da harmonia que devem reger as relações sociais e, portanto, aceitos ou rejeitados na medida em que contribuem para a sustentação dessa mesma ordem — desde a perspectiva bíblica são considerados de um prisma totalmente diferente. Com efeito na Bíblia o homem não é visto como uma função da razão ou de uma suposta ordem cósmica preexistente, mas em suas relações históricas concretas com os outros homens, com Deus e com a natureza.

Criado para ser sujeito em todas as relações que venha a estabelecer, o homem é visto na Bíblia como um projeto em processo de realização. Sua verdadeira natureza humana ele a adquire na medida em que luta para desvencilhar-se de todas as objetivações que significam uma limitação ou diminuição de sua capacidade criadora, de sua liberdade, que tanto podem dar-se no âmbito da natureza e da história, como no da sociedade e mesmo no da religião. O ponto de partida desta concepção bíblica não é, portanto, uma noção ou um princípio abstrato acerca do homem, mas a situação concreta que ele tem de enfrentar em seu peregrinar pelos caminhos da história. É por isso que noções bíblicas fundamentais acerca da justiça, da paz, da verdade, da graça, do pecado, da

liberdade etc. não nos são apresentadas na forma de enunciados teológicos/filosóficos abstratos e frios mas através de estórias mandamentos e acontecimentos concretos envolvendo indivíduos, grupos populares e nações inteiras que se encontram numa situação histórica determinada e que apresentam contornos políticos, econômicos, sociais e religiosos bem definidos. Ou seja, os critérios éticos emergem do relato bíblico como resultados de experiências vividas, sofridas, que custaram lágrimas e sangue e não como teorizações assépticas de castas sacerdotais que, no dizer de Jesus, "atam fardos pesados e os põem sobre os ombros dos homens, entretanto eles mesmos nem com o dedo querem movê-los". (Mt 23.4)

Nesta perspectiva os conflitos não são rechaçados ou aceitos em função de sua relação a uma ordem estática já criada e definitivamente estabelecida, mas são considerados em relação ao projeto de realização/libertação humana que é a própria vida do homem em seu encontro com os outros homens e com Deus para transformar o mundo e tornar a vida verdadeiramente humana. As relações sociais ou pessoais, conflitivas ou não, são consideradas tanto no Velho como no Novo Testamento como o contexto no qual é oferecida ao homem a possibilidade de realizar-se como tal. A emergência de conflitos pode ser inevitável, pois a Bíblia, não fazendo a apologia dos mesmos também não os julga aprioristicamente. Eles podem ser tanto positivos como negativos. Atrasar ou acelerar a marcha do homem. Tudo depende da direção e das motivações que estão na base de sua emergência.

A dinâmica das relações do homem com Deus, com os outros e

com a natureza, se fundamenta na dialética da negação do que é — do realizado, do atingido até agora pela própria conduta humana — e da afirmação do que ainda será — do novo em processo de emergência. Neste sentido se poderia dizer que se trata de uma dialética que incorpora o conflito como o meio pelo qual a vida é renovada e transformada. Pois só através do conflito o velho homem pode ser superado e o novo homem emergir. Jesus Cristo morreu pelo poder da velha ordem para inaugurar a nova era que oferece ao homem a possibilidade de um novo nascimento. Ele reconcilia o homem com Deus em meio a um terrível conflito que lhe custa a própria vida e vai custar a de muitos de seus seguidores. Ou seja, a reconciliação é resultado da cruz. E a cruz é o símbolo máximo do conflito.

CRUZ E RECONCILIAÇÃO

"O assim chamado centro bíblico de reconciliação pode não ser tão central no Novo Testamento como a teologia mais recente tem afirmado. A reconciliação tem que passar pela revolução da cruz. Agora, deixando de lado as concepções bíblicas, a reconciliação pode não ser uma palavra-chave de nosso tempo pois a igreja burguesa, poderosa, a interpreta como uma sanção do status quo." Esta observação de um teólogo estadunidense se fundamenta, a nosso juízo, em duas conclusões decisivas para uma correta aproximação à problemática da reconciliação na situação que nos toca viver hoje. A primeira se baseia no fato de que o conceito de reconciliação é exclusivamente paulino (Cf. especialmente Romanos e II Coríntios). Partindo da compreensão da obra salvadora de Deus em Cristo, co-

num ao Cristianismo das primeiras décadas, o apóstolo a dimensiona dentro de uma teologia da cruz dando-lhe amplitude cósmica: "Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo..." (II Cor. 5.19). A segunda se fundamenta no fato de que o homem moderno, que se crê emancipado de tutelas, herdeiro das teorias críticas de Marx e Freud, forjador de ideologias, que está disposto a criar seu próprio caminho na história, não aceita mais a afirmação de que a sua salvação seja operada por um poder estranho a ele. Daí que a mensagem de reconciliação presente no anúncio da salvação em Cristo lhe soe como escândalo.

As noções bíblicas acerca de justiça, paz, verdade, graça, pecado, liberdade etc. não são apresentadas na forma de enunciados teológico-filosóficos abstratos e frios, mas através de histórias, mandamentos e acontecimentos concretos envolvendo indivíduos, grupos e nações.

Mas ao afirmar a presença de Deus em Cristo, Paulo procura demonstrar que o homem não é capaz de alcançar sua plena humanidade sem Deus e, por outro lado, que não se pode pensar em Deus à parte de Jesus Cristo, pois Deus sem Cristo não seria outra coisa que a divinização pura e simples do homem. Para o apóstolo, em Cristo está a chave para a definição tanto do homem como de Deus. Assim,

Deus e o homem adquirem mútua significação em Cristo (Cf. Rom. 5). Nesse encontro dialético Deus se humilha para enaltecer o homem levando-o à descoberta de que sua humanidade só se realiza na medida em que se compreenda em constante referência a um outro. No crucificado Deus se oferece gratuitamente ao homem como o parceiro para a comunhão que assegurará a sua humanidade. O homem não é Deus, mas o outro de Deus, uma vez que Deus se autodeterminou em Cristo a ser o outro do homem. Na dialética dessa aliança em Cristo, Deus se revela como pertencendo à intimidade do homem e o homem como o outro de Deus é a revelação de que agora o discurso sobre Deus é o discurso sobre sua própria libertação/humanização.

Reconciliação, pois, é obra da cruz. É a superação do conflito entre Deus e o homem que se reflete na história através dos conflitos entre os homens. Superação radical que estabelece uma "virada" nas relações Deus-homem e homem-homem. Na cruz é o homem justificado pela Justiça do amor pascal que lhe possibilita renascer para a esperança e o impulsiona à práxis transformadora de sua realidade. Em paz com Deus por obra da reconciliação o homem se descobre, no entanto, irreconciliado com o mundo. Sua lealdade tem agora outra referência. Não mais o mundo da inimizade, da acomodação interessada, da injustiça e da falta de liberdade, mas o Reino de Deus, isto é, o processo transformador posto em marcha na cruz para dar forma a um mundo novo, a um homem novo e a um tempo novo. Pelo fato desse processo ser mediatizado pelas circunstâncias históricas que o homem

tem de viver (políticas, econômicas, sociais, culturais etc.) novos conflitos emergirão fatalmente e exigirão dele uma renovada leitura de sua fé a partir das situações que tenha de experimentar, pois só assim seus anseios de libertação se transformarão em certezas, suas inquietações, em confiança firme e suas perguntas, em orações ao Espírito do crucificado.

AMOR E RECONCILIAÇÃO

Mas os defensores de uma reconciliação barata, daquela que evade os conflitos, que fecha os olhos para a história e entende o homem como objeto à mercê de processos que se desenvolvem fora de sua alçada e que crê ainda que um simples chamamento a uma vocação comum seria suficiente para manter a humanidade unida, apelam para o amor pregado por Cristo para fundamentar seus argumentos. No entanto, um exame mais detido do Novo Testamento nos revela que o amor pregado e vivido por Cristo não inclui e exige apenas atitudes de tolerância e de compromisso. Parte integrante desse mesmo amor constituem tanto a crítica e a condenação como a resistência ao mal e a sua rejeição. Ou seja, exige opção de lados num conflito concreto. Jesus não amou menos os fariseus e saduceus que os publicanos e pecadores, no entanto sua crítica e condenação àqueles não podia ter sido mais virulenta. Suas palavras para Herodes não foram nada suaves e muitas de suas parábolas não serviram de modelo de conduta para aqueles que andam buscando na Bíblia argumentos para atitudes descompromissadas e comportamentos de submissão a uma suposta ordem eterna das coisas. O mandamento do amor não

pode ser entendido em sua real significação fora do contexto da pregação de Jesus acerca do Reino de Deus. Jesus nunca o reduziu a um preceito ético de dimensões individualistas e subjetivas. Na sua proclamação o amor está estritamente vinculado à justiça e à esperança e dimensionado na perspectiva escatológica do Reino que está vindo. Por outro lado este amor pregado na vivência de um Deus que se fez homem pobre entre os pobres, longe das realizações "civilizatórias" do Império Romano e sob o fogo cruzado de escribas e fariseus, fiéis (ricos) defensores de uma tradição religiosa, não se reduz ao âmbito

Na sua política de libertação humana, Deus opta pelo pobre para salvar também o rico.

da intenção e da demonstração inconseqüente, mas exige realição em termos de eficácia, não tendo nada que ver com a caridade sem compromissos a que estamos acostumados.

Trata-se de uma amor que é coextensivo com a justiça no dizer de P. Ricoeur. A justiça é a sua alma, seu impulso e sua mais profunda motivação. Ela lhe empresta sua visão que é o outro, o valor absoluto do qual ele dá testemunho. Por outro lado, continua o teólogo francês, a justiça é a realização eficaz, institucional e social desse amor. É um amor que não conhece neutralidade porque Deus opta pelo homem em Cristo. Aceitar a reconciliação significa, portanto, assumir os conflitos que o juízo de Deus sobre o mundo provoca, pois a reconciliação é a espada de Cristo para o mundo. Na sua opção pelo homem

Deus se dirige em Cristo aos mais fracos, aos pobres e oprimidos deste mundo irredento. Na sua política de libertação humana Deus opta pelo pobre para salvar também o rico. Já dizia Calvino que o pobre é o juízo de Deus para o rico, o instrumento de sua salvação. A palavra de reconciliação só será eficaz para o rico quando mediada pela luta do pobre por sua emancipação. O amor pregado por Cristo se realiza pois, na esperança de novos céus e nova terra e se verifica no exercício da justiça entre os homens.

Conclusão

O afirmado até aqui não significa, no entanto, que a perspectiva bíblica assumindo o conflito como instrumento de transformação das relações humanas e de superação do próprio homem rejeita os valores da ordem, da harmonia e da racionalidade. Para a Bíblia entretanto, estes elementos não são valiosos por si mesmos, mas devem estar referidos à pessoa e à obra de Cristo, para serem dimensionados num processo de transformação qualitativa da vida humana centralizado nas radicais exigências de justiça contidas no seu amor.

É a partir desta perspectiva que podemos entender o sentido dinâmico e libertador e de forma alguma conformista da mensagem evangélica de Reconciliação.

A RECONCILIAÇÃO

A palavra "Reconciliação" parece não pertencer ao vocabulário do povo. Por ocasião do Ano Santo, quando o termo era mencionado nas reuniões, sempre alguém solicitava que se explicasse o seu sentido.

Numa primeira aproximação, a expressão popular que mais se assemelha a "reconciliação" é "fazer as pazes". Fazer as pazes significa reatar o **relacionamento de amizade** com alguém com quem se "estava intrigado", com quem se "estava de mal" ou a quem se "negava a palavra". Supõe uma amizade anterior e o rompimento dessa amizade por motivo de uma briga. Interferiu uma grave ofensa e as "relações foram cortadas". A paz que antes era um dado espontâneo deixou de existir entre as pessoas e precisa ser restaurada por um ato explícito e recíproco para afastar o "estorvo" criado na esfera da justiça. Cumpre refazer a base da justiça, mediante uma "reparação", para que se façam as pazes. O uso do plural imprime dinamismo à expressão.

No relacionamento corriqueiro, o povo usa muito a palavra "desculpa" e seus derivados. Às vezes desculpa é um mero pretexto, um falso motivo que obscurece as verdadeiras razões. Normalmente equivale a pedir licença ou a pedir que se revele uma falta.

Mais vigoroso do que a desculpa é o "perdão". Supõe uma ofensa e faz apelo à generosidade. Implica certa gratuidade no gesto que ultrapassa as exi-

gências da estrita justiça. É um gesto de pura bondade que visa o bem da pessoa perdoada. Por isso não é uma quebra da justiça nem se limita a uma dispensa do direito. Supõe na pessoa perdoada uma mudança de atitude. Não é vingança mas não se reduz a uma simples tolerância. "Deus não é vingativo mas é justiceiro" (1). O perdão deriva de uma justiça maior.

Muito acentuado é o aspecto religioso do perdão. Num primeiro nível, aparece como um mandamento de Deus e, ao mesmo tempo, como expressão de sua misericórdia. Nós somos fundamentalmente pecadores e precisamos sempre do perdão de Deus, recorrendo a mecanismos rituais. Mas o perdão vai muito além, devendo constituir uma atitude de vida nas relações interpessoais, sob a inspiração do Evangelho. Mas em que consistirá esse perdão?

Por ocasião da Páscoa deste ano, reuniu-se um "grupo do Evangelho" (2) e a leitura marcada no folheto litúrgico daquele domingo era Jo 20.19-22. Ouvindo o texto, os participantes não pareciam motivados a falar. Alguém sugeriu que se procurasse uma outra passagem, alegando que aquela só poderia "interessar aos padres". Tal inter-

(1) O lavrador que disse esta frase atribuía-a ao povo.

(2) "Grupo de Evangelho" correspondente, de certa maneira, à Comunidade eclesial de base.

venção deu origem a um vivo debate sobre se no Evangelho haveria alguma mensagem que interessasse apenas aos padres e não a "todos nós cristãos". Quase como num desafio, alguém propôs que aquele mesmo texto fosse discutido para tirar isso a limpo.

Repetida a leitura, começaram os palpites, concentrando-se sobre o problema do perdão. Muitas outras passagens do Evangelho foram lembradas, no sentido de mostrar que o perdão é algo de muito importante no ensinamento de Cristo. Insistiu-se particularmente em algumas parábolas em que a misericórdia é apresentada como um aspecto básico da caridade cristã ou amor ao próximo. Foi invocado o Pai-nosso em que o nosso perdão figura como condicionamento do próprio perdão de Deus. Aludiu-se especialmente ao exemplo de Cristo.

O exemplo de Cristo foi aprofundado no sentido da globalidade de sua vida e de sua missão. Sua missão de Salvador

pode ser resumida como uma missão de perdão. Seus gestos expressos de perdão, frequentemente ligados a curas, devem ser vistos como uma restauração e uma transformação de vida. São sempre atos de libertação.

A conclusão formulada ao final da reunião foi que: perdoar é libertar ou tirar da situação de pecado.

A SITUAÇÃO DE PECADO

Para nossos cristãos dos grupos de Evangelho, nossa sociedade vive numa situação de pecado, enquanto está dominada pelo egoísmo causador da exploração, da avareza, da ambição, do esmagamento do povo, da opressão. Nas análises de realidade à luz do Evangelho, nossa sociedade é denunciada como fruto do pecado acumulado que se organizou numa máquina de injustiça.

Eis como, em suas poesias e canções, o povo descreve esta situação: (3)

"Pobre, eu vi o teu pãc na porta do teu patrão
No fundo de um caixão, pra ser no lixo jogado. (...)
O teu suor se encontra lá no bar, engarrafado
Pra servir o teu patrão e o resto é derramado.
Bebe, veste, calça e luxa, tudo isto à tua custa
Tu, pobre, és escravizado" (QUEM VALE MAIS)

"Esta nossa sociedade cheia de corrupção
Um explora o outro, vive da exploração
Ele não sente na carne que outro é seu irmão.
(VEJA O MUNDO COMO ESTÁ)

"Será que o povo não vê que está sendo pisado
Quanto mais tem injustiça mais fica acomodado
Tem muitos que ainda diz que Deus de tudo é culpado
Mas não vêem que desse jeito nunca vai ser lembrado?
(NOVA CAMINHADA)

(3) Os textos citados são tirados de canções compostas nestes dois últimos anos e que são cantadas nas reuniões, circulando por toda a Diocese em folhas mimeografadas.

Há uma enorme e variada produção literária em todos os municípios e sempre estão surgindo novos talentos.

Um dos aspectos mais frisados
é a falta de amor geralmente
atribuída à desigualdade social
criada pelo dinheiro:

“Veja o mundo como está! O povo não tem mais amor (...)
No Evangelho está escrito que todo mal vem do dinheiro
E por isso estão sofrendo os coitados dos roceiros
Jesus veio nos ensinar como nós devemos amar
Ser irmãos e companheiros” (VEJA O MUNDO COMO ESTÁ)

“A riqueza separou o povo não é mais irmão
Está vivendo desunido só por causa da ambição” (Id)

“Tem gente no mundo inteiro que seu Deus é o dinheiro”
(ACONTECIMENTO)

“A prova disto enxergamos no egoísmo e na ambição”
(CRISTO REJEITADO)

Tal situação contraria o plano
de Deus e é caracterizada como
uma desobediência:

“Tem muitos contra Jesus e não quer obedecer” (MUTIRÃO)

“...muitos não quer obedecer
Tem gente que não tem pena de ver seu irmão sofrer”
(FILHO DO CARPINTEIRO)

“Estão pisando na Palavra e deixaram de amar”
(POBRE LAVRADOR)

“Jesus Cristo veio ao mundo pra ver tanta hipocrisia
Pregar a santa doutrina, extinguir a idolatria (...)
Mas o povo da religião não quiseram compreender
Preferiram suas leis do que lhe obedecer
(CRISTO REJEITADO)

Na Páscoa deste ano, a idéia
predominante que apareceu nas
celebrações litúrgicas, nas “fo-
lias”, em toda uma vasta pro-
dução literária foi que a Paixão
de Cristo continua na Paixão do
povo.

OS SACRAMENTOS DA RECONCILIAÇÃO

Seria o batismo o sacramento fundamental da reconciliação, tendo como referência o "pecado original". Sobre o pecado original, o povo parece conservar vagas idéias do "pecado de Adão". Igualmente a tão incutida idéia de que o batismo é "necessário para a salvação" e indispensável para que alguém seja reconhecido como "filho de Deus" recebe várias interpretações nas convicções do povo.

Sem o batismo, necessário para a salvação, a criança corre o risco de não sobreviver. Sem o batismo, privada da filiação divina, a criança parece ficar excluída da condição de pessoa.

O contacto direto com o Evangelho, a análise da sociedade e uma visão nova da Igreja vão modificando as concepções sobre o batismo. Prevalece o sentido de compromisso com o Evangelho:

"Eu digo que todos nós vai lutar pra ser irmão
Pregar um Batismo de compromisso e ser cristão"

(O CANTO DE MARIA)

"Nós que somos batizados vamos cumprir nossa missão
De viver igual a Cristo e unidos com os irmãos"

(CRISTO REJEITADO)

"Espalhar o Evangelho é tarefa dos cristãos
Mudar esta sociedade para ter libertação"

(ESTAMOS COM A VERDADE)

Conferindo ao batismo um valor de compromisso contra a sociedade vigente, podemos deduzir que estes cristãos "conscientes" (como dizem) atribuem-lhe um sentido de libertação da "situação de pecado" que passa então a ser a referência principal, ocupando, de certo modo, o lugar do "pecado original".

Note-se que este "compromisso cristão" tem, antes de tudo, um conteúdo positivo: a construção de uma sociedade diferente que se aproxime do projeto evangélico em que o amor do próximo ou a fraternidade é a inspiração fundamental. Quanto ao efeito batismal de "apagar o pecado original" parece perder valor pois não mais se aceita que as crianças estejam excluídas do amor paterno de Deus. Eis por que o batismo de crianças tem sido cada vez mais questionado.

Muitos pais resolvem não mais batizar seus filhos pequenos porque ainda não são capazes de assumir a responsabilidade cristã e para que, "quando crescerem, tenham a alegria de se comprometerem pessoalmente com o Evangelho". Num debate sobre tal assunto, um lavrador argumentava: "temos de seguir o exemplo de Cristo e ele se conformou em ficar pagão até os 30 anos". Para eles, existe estreita ligação entre o batismo e a missão.

Em relação ao sacramento da penitência, sua forma tradicional se desvaloriza à medida em que se descobre a dimensão comunitária da vida cristã. Seu estilo individualista sofre uma rigorosa crítica, nem lhe é reconhecido, na prática, o valor de conversão. Esta aparece como essencialmente vinculada à mudança de atitude, em termos sociais, provocada pela descoberta do Evangelho.

“Pra todos que nele crêem tem a sua salvação
Abre os olhos, meu amigo, amolece o coração
Vem pro claro e sai do escuro
Para quebrar todo muro, para ver o teu irmão.
E você que está dormindo, a sua hora já chegou
Ressuscita dos pecados, vem pra luz do Salvador
Vamos juntos caminhando
Suas palavras observando e curar a sua dor”

(O GRANDE AUTOR DA VIDA)

“Você deixa a estrada larga, a que leva à perdição
Larga o mundo e vem pra Deus, para unir com teu irmão”

(O EVANGELHO DE JESUS)

“Preparar o caminho do Senhor, a conversão
Todos os montes acertados é não fazer opressão”

(O CÂNTICO DE MARIA)

“Vamos, minha gente, vamos juntos caminhar
A nossa estrada é longa, não é hora de parar
Vamos, minha gente, precisamos despertar
O Cristo lutou por nós, pelos outros devemos lutar”

(VAMOS CAMINHAR)

“Comunidade foi chegando
E as coisas da minha vida foi renovando”

(COMUNIDADE)

“Hoje sei que libertei meu coração
Porque estou junto com meus irmãos”

(VEM CANTAR COMIGO)

Nas análises feitas sobre a Igreja, em vários tipos de reuniões, é freqüente identificar sua atual renovação como um processo de conversão. Desde

que se volta para os pobres e descobre a situação de pecado da sociedade em que se deixou envolver por tanto tempo, a Igreja começa a converter-se.

“Quem pensa que a Igreja é casa já ficou na confusão
Estão vendo uma Igreja nova em o nosso coração
Por ver a grande luta pra libertar da escravidão
Por isso que vamos cantar este hino em canção”

(JÁ TÁ COMEÇADO)

UNIÃO, LIBERTAÇÃO, MUNDO NOVO

Na dialética do povo, se a situação de pecado se caracteriza pela desigualdade social geradora da exploração e da opressão, a verdadeira reconciliação

será antes de tudo a superação de tal situação pecaminosa, através da união de todos numa linha de libertação e de construção de um mundo novo onde haverá igualdade, justiça e amor.

“A nossa esperança realizará
Estas injustiças vão acabar.

Por isso que eu canto e vou cantar
Pois sei que um dia nos vai libertar
Jesus é o caminho nós tá caminhando
Para um mundo novo nós tamos lutando

Todos orgulhosos vão ser derrotados
Quem tá com Jesus vai ser libertado (Por isso...)

Todos vai ser livres nem ter opressão
Jesus é a vida, o amor e união (Por issó...)

Vai ser tod'iguais, todos como irmão
Ninguém explora o outro e nem tem ambição (Por isso...)

Avareza e egoísmo vai acabar
E de braços dados nós vamos cantar (Por isso...)

Lá vamos chegar ou longe ou pertinho
Pois já enxergamos que este é o caminho (Por isso...)
(POR ISSO EU CANTO)

Quando suas cabeças por ninguém for dominada”
(NOVA CAMINHADA)

“De fazer um mundo novo é a nossa vontade
Com a união do povo, com amor e igualdade”
(SOLIDÃO DOS LAVRADORES)

Vamos meu povo criar união vamos lutar pra libertação
Tirar nosso povo da escravidão (...) Só quero é bom fruto
de libertação (COMO DEVE SER)

Nós somos um povo que trabalha noite e dia
E até com alegria na esperança de vencer
Já sinto um pouco da nossa libertação
Esta vida em união até que é bom viver (CONVITE)

Mas os pequenos vão se unir e unidos vão repartir
O seu trabalho e seu pão
Todos lutando unidos, nenhum grupo dividido
E todos com terra e pão (QUEM VALE MAIS)

Por isso é que procuramos reunindo em mutirão
A se entregar ao trabalho pra libertar os irmãos
Nesses nossos trabalhos encontramos a verdade
Se unir uns aos outros procurando a libertação (SUGESTÃO)

O mundo novo é o mundo reconciliado. A reconciliação com os outros é a condição essencial para a reconciliação com Deus. O mundo dividido em classes Deus não pode agradecer.

É claro que este mundo novo não esgota a promessa. O evangelho garante uma plenitude que não cabe nas medidas do tempo.

"Ao céu chegaremos como quem morreu
Trazendo amor e o resto se perdeu (...)

A união são os sonhos seus
O sol que aquece é a Palavra de Deus
O Evangelho é a felicidade
Sobre o nosso amor toda a eternidade" (A UNIAO)

Para finalizar, um trecho da poesia em que um lavrador interpreta o Cântico de Maria:

"Amigos, vamos cumprir a palavra de Maria
Nós juntos vamos lutar toda noite e todo dia
Nós estamos tão cansados nesta madrugada fria
Para o trabalho enriquecer quem só reza covardia
Libertar da escravidão é o que nossa Mãe dizia
A minha alma glorifica o meu espírito de alegria
Em Deus meu Salvador — ela sempre repetia
Os humildes vão ser fartos para sempre — ela sorria
Derrubar do trono os príncipes, os ricos de mão vazia
Pois o rico não aceita o Reino que ela queria".

HOJE...

será natal

Esta noite, Senhor, não espero nada além de ti:
vou partilhar!

Tu serás a festa na partilha
onde te encontrarei, escutando todos os risos
e te olharei nos olhos dos que partilham comigo.

É preciso, nesta noite, esquecer o cansaço e a solidão,
é preciso encontrar e dizer palavras totalmente novas,
é preciso beber o velho vinho das certezas mais queridas,
é preciso nesta noite recriar as esperanças,
aprender a nunca fechar os olhos para a miséria,
e abrir o coração para a generosidade de quem dá a
[vida.

Esta noite é preciso retomar os caminhos da luta
para fazer um mundo
onde seja vergonhoso
existirem duas classes de homens.

É preciso banir o verbo ter, sabê-lo a razão
da violência,
do sangue,
da morte.

É preciso saber que a vida recomeça em cada crian-
[ça que nasce
e que não podemos deixar-lhe o espólio de nossa
[geração.

É preciso nesta noite não trair,
reinventar a coragem,
manter acesa a luz dos homens
e forte o grito na garganta.

Hoje, alguma coisa vai nascer em nós...
Esta noite será natal.

Frei P. César Loureiro Botas O. P.